

Livre-docência

Olavo Pires de Camargo¹, Luiz Eugenio Garcez Leme^{II}

Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)

O título de professor livre-docente, felizmente ainda presente em algumas instituições universitárias, gera muitas discussões sobre sua origem, seu significado e sobre o seu lugar na academia nos dias de hoje. Os concursos de livre-docência se iniciaram no Brasil em 1911, na então Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a reforma Rivadávia Correa.

A livre-docência (de origem alemã, *Privat Douzent*) é um título concedido no Brasil por uma instituição de ensino superior, mediante concurso público aberto, apenas para portadores do título de doutor, e que atesta uma qualidade superior na docência e na pesquisa. Podemos citar como exemplos de ilustres livre-docentes: Karl Marx, Hegel, Freud, Carlos Chagas, entre muitos outros.

Os concursos de livre-docência combinam elementos da *Habilitation* alemã e da antiga *Agrégation* francesa. Como no modelo alemão, exige-se do candidato a submissão de uma segunda tese (monográfica ou cumulativa), examinada oralmente por um painel de especialistas, e é realizado um julgamento adicional em separado do currículo do candidato, incluindo publicações externas com arbitragem e atividades docentes. Por outro lado, seguindo o modelo francês, o concurso inclui ainda uma prova didática, que consiste em uma aula ministrada perante a banca examinadora acerca de um tema sorteado com 24 horas de antecedência, e uma prova escrita de erudição, em que o candidato deve dissertar sobre um tema sorteado na hora pela banca. Na medicina e engenharia, exige-se também do candidato uma prova prática.

Na Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), a livre-docência é requisito para a candidatura a professor titular e o livre-docente recebe o título de professor-associado, quando já pertence ao quadro docente da universidade (mas o título de livre-docente pode ser obtido também por doutores externos à universidade) [Uma exceção nestes casos é a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que, a exemplo das suas congêneres paulistas, mantém os cursos de livre-docência (como pré-requisito nos concursos para professores titulares)].

Já nas universidades federais, a livre-docência praticamente desapareceu, dado que o doutor já é professor-adjunto e pode, havendo vaga, prestar concurso para professor titular. Ou seja, a livre-docência perdeu seu sentido nas universidades federais. Uma exceção nestes casos é a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que, a exemplo das suas congêneres paulistas, mantém os concursos de livre-docência.

A formação de um livre-docente inicia-se logo após o doutorado, onde gradativamente ocorre seu amadurecimento científico e intelectual e este passa a publicar de um modo constante e orientar novos doutores, sendo reconhecido por pesquisadores dentro de sua linha de pesquisa comprovado por constantes convites para conferências e palestras no Brasil e no exterior. Passa a ser pesquisador em entidades de fomento, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e assim, naturalmente, adquire *status* para se inscrever no concurso. Pode parecer para muitos um título arcaico e ultrapassado, mas constitui na academia o selo de qualidade do docente, que passa a ser um líder na sua linha de pesquisa e no ensino dentro e fora de sua universidade.

Devido ao rigor dos pré-requisitos que são recomendados para sua inscrição e pelo grau de exigência do próprio concurso, é considerado, com razão, o mais extenuante dos concursos acadêmicos, estendendo-se por quatro a cinco dias, em que o candidato demonstra todo o seu cabedal de conhecimento teórico e prático desenvolvidos na sua vida acadêmica. O preparo para se submeter a essa prova requer no mínimo dois anos de exaustivos estudos e preparo das aulas e da tese, contando sempre com a participação de seus discípulos. Apesar de não ter caráter competitivo, é muito mais estressante que o concurso para professor titular.

Sempre mantendo as rígidas normas para seu ingresso para evitar a banalização, deveríamos repensar seriamente na reintrodução da livre-docência nas universidades federais e estaduais brasileiras. Assim, passaria a ser de um modo uniforme pré-requisito para concurso de professor titular.

¹ Professor titular e chefe do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

^{II} Professor associado, Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

É desalentador observar que hoje ocorre um crescimento exponencial na quantidade de faculdades em todas as áreas, diretamente proporcional a uma queda vertiginosa na qualidade de seus alunos e professores. Sem pesquisa e sem critério pedagógico no ensino, não existe faculdade. Quando temos hoje nas faculdades de nosso país menos de 25% de professores com título de doutor, fica fácil imaginar o ínfimo número de livre-docentes. Seria, entretanto, uma das formas para conseguirmos resgatar o nosso ensino superior, já que cada livre-docente forma pelo menos uma dezena de doutores.

BIBLIOGRAFIA

1. Carneiro PCA. Acerca da Livre-Docência em Medicina no Brasil. O Instituto da Livre-Docência ou Docência-Livre de origem europeia.

INFORMAÇÕES

Endereço para correspondência:

Olavo Pires de Camargo
Rua Barata Ribeiro, 490 – 3º andar – conj. 33
Bela Vista – São Paulo (SP)
CEP 01308-000
Tel. (11) 3123-5620
E-mail: olapcama@uol.com.br

Fonte de fomento: nenhuma declarada

Conflitos de interesse: nenhum declarado

Data de entrada: 31 de janeiro de 2011

Data da última modificação: 28 de fevereiro de 2011

Data de aceitação: 13 de abril 2011